

Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a *inclusão*

Edwaldo Costa
Suélen Hara
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a *inclusão*

Edwaldo Costa
Suélen Hara
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a inclusão

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Edwaldo Costa
Suélen Hara

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E38 Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a inclusão / Organizadores Edwaldo Costa, Suélen Hara. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-386-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.863211008>

1. Inclusão escolar. 2. Educação inclusiva. I. Costa, Edwaldo (Organizador) (Organizadora). II. Hara, Suélen (Organizadora) (Organizador). III. Título.

CDD 371.9

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que apresentamos aos nossos leitores o e-book “Elementos Norteadores e Ações Político-pedagógicas para a Inclusão”. A obra traz um conjunto de contribuições voltadas a diferentes áreas da Educação. Esse e-book é composto por 14 capítulos de 32 pesquisadores.

A obra leva a público um conjunto de escritos que abordam as seguintes temáticas: inclusão escolar e as fragilidades da escola; confecção de órteses para crianças da educação infantil; prática do *bullying*; tecnologia assistiva, nanismo e permanência na escola; ensino remoto durante a Pandemia de Covid-19; o papel do psicopedagogo numa instituição de ensino profissionalizante; o programa Universidade para Todos na Universidade do Estado da Bahia; Teorias da Justiça de John Rawls e Amartya Sen; conhecimento científico e formação docente; acessibilidade de deficientes visuais; relações interpessoais dos professores de educação especial; inclusão nos anos iniciais do fundamental e evasão acadêmica.

Espera-se que com a composição diversa de autores e autoras, questões, problemas, pontos de vista, perspectivas e olhares, este e-book ofereça uma contribuição plural e significativa para a comunidade científica e profissionais da área. Como toda obra coletiva, esta também precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição.

Por fim, sabemos ainda, o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos a estrutura da Atena Editora, capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para que estes pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura!

Edwaldo Costa
Suélen Hara

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A INCLUSÃO ESCOLAR E AS FRAGILIDADES DA ESCOLA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE BOURDIEU

Rosalina Maria de Lima Leite do Nascimento


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110081>

CAPÍTULO 2..... 13

CONFECÇÃO DE ÓRTESES PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PESQUISA COM INTERVENÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL DA UNIARP

Vanessa Tumelero

Marlene Zwierewicz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110082>

CAPÍTULO 3..... 23

A PRÁTICA DO *BULLYING* CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A SUA REPERCUSSÃO EM MEIO A SOCIEDADE

Cassiane de Melo Fernandes


Lorena Fachini dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110083>

CAPÍTULO 4..... 39

A TECNOLOGIA ASSITIVA NA QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA SURDA

Elzeni Bahia Gois de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110084>


CAPÍTULO 5..... 50

DEFICIÊNCIA FÍSICA - NANISMO: OS DESAFIOS AO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

Gilberto Otaviano da Silva

Paula Alves Magnani Seabra

Manoel Osmar Seabra Júnior


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110085>

CAPÍTULO 6..... 63

ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Edwaldo Costa

Suélen Keiko Hara Takahama


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110086>

CAPÍTULO 7..... 74

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE: INSTRUMENTOS PSICOPEDAGÓGICOS PARA IDENTIFICAR PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

Jacqueline Kelli Fuzetti

Elaine Cristina Moreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110087>


CAPÍTULO 8..... 85

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT) NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA: UMA OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Ana Cleide Santos de Souza

Neila Barreto Fernandes

Maria Alice Carvalho Sacramento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110088>


CAPÍTULO 9..... 98

PERSPECTIVAS PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL A PARTIR DAS TEORIAS DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS E AMARTYA SEN

Beatriz Fracaro

Gislaine Cunha Vasconcelos de Mello

Luciane Sobral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8632110089>

CAPÍTULO 10..... 115

PESQUISA COLABORATIVA: CONEXÃO ENTRE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E FORMAÇÃO DOCENTE


Emne Mourad Boufleur

Morgana de Fátima Agostini Martins

Alessandra Viegas Josgrilbert

Maria de Fátima Viegas Josgrilbert

Roseli Áurea Soares Sanches


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100810>

CAPÍTULO 11..... 130

DESENVOLVIMENTO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO TATÉIS PARA ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTES VISUAIS

Raquel Rosa de Souza

Carmen Iara Walter Calcagno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100811>

CAPÍTULO 12..... 142

RELAÇÕES INTERPESSOAIS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS OUTROS ATORES DO AMBIENTE ESCOLAR

Osni Oliveira Noberto da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100812>

CAPÍTULO 13..... 152

TV TRADUTORA: UM NOVO OLHAR PARA A INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL

Francisco Lucas Nicolau da Silva

Iarla Antunes de Matos Arrais
Samya de Oliveira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100813>


CAPÍTULO 14..... 159

PROGRAMA FOCOO: POTENCIALIZANDO TALENTOS E REDUZINDO A EVASÃO DOS ACADÊMICOS

Jefferson dos Santos Funaro

Claudio Vaz de Araújo

Rosana Servelin Igual

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86321100814>

SOBRE OS ORGANIZADORES 166

ÍNDICE REMISSIVO..... 167

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT) NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA: UMA OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Data de aceite: 02/08/2021

Data de submissão: 09/06/2021

Ana Cleide Santos de Souza

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Salvador – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/2762904478950102>

Neila Barreto Fernandes

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Salvador – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/0518180411502691>

Maria Alice Carvalho Sacramento

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Salvador – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/4719581358207031>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar, de forma exploratória, o Programa Universidade para Todos (UPT) no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), nos Polos da capital baiana, considerando que as universidades estaduais na Bahia desenvolvem esse programa de formação continuada através das ações e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir uma maior capacitação dos alunos procedentes de escolas públicas que pretendem ingressar em uma universidade seja pública ou privada. Essas políticas públicas colocam em prática os direitos que são previstos na Constituição Federal de 1988 e em outras leis específicas, que por fim os identificam como uma real necessidade social. Os resultados do estudo, a partir de uma abordagem qualitativa,

indicam que o desenvolvimento do Programa UPT, especificamente em Salvador, possibilita expressiva inclusão de jovens ao ensino superior, oportunizando assim o ingresso posterior desses jovens no mercado de trabalho e a expansão desse programa na Universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Universidade para Todos; Políticas Públicas; Ensino Superior; Inclusão Social; UNEB.

ABSTRACT: This paper aims to present, in an exploratory way, the University for All Program (UPT) in the State University of Bahia (UNEB), in the Poles of Bahia, considering that the state universities in Bahia develop this project of continuing education through the actions and programs developed by the State to guarantee a greater qualification of students coming from public schools that intend to enter a university whether public or private. These public policies put into practice the rights that are foreseen in the Federal Constitution of 1988 and other specific laws, which finally identify them as a real social necessity. The results of the study, based on a qualitative approach, indicate that the development of the UPT Program, specifically in Salvador, makes it possible to include young people in higher education, thus facilitating their subsequent entry into the labor market and the expansion of this program in the University.

KEYWORDS: University for All Program; Public policy; Higher education; Social inclusion; UNEB.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, principalmente as universidades

públicas atuam como agentes importantes na promoção do desenvolvimento local, e até mesmo estadual, com sua função de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Assim, as políticas públicas devem atuar continuamente em todas as áreas da instituição, visando o alcance dos objetivos estratégicos, bem como, indicando subsídios para nortear o processo decisório no âmbito da gestão universitária, com vistas a um melhor aproveitamento das oportunidades e potencialidades do ambiente interno e externo.

Os artigos 206 e 208 da Constituição Federal (1988), que trata da Educação, estabelece:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; [...] Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um [...] VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Assim, evidencia-se que o acesso à educação superior está estendido de forma igualitária a todos, em função do mérito de cada pessoa. A Constituição dispendo este direito conduz o Estado a assumir compromisso de instituir políticas sociais que favoreçam este acesso através de programas suplementares.

Segundo o artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)/96, a educação básica¹ tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

As políticas públicas funcionam como estratégias propostas pelo Governo ou sociedade civil organizada, que analisa, executa, e, quando necessário, propõe mudanças, tornando-se planos e/ou programas, que, quando postas em ação, são implementadas e submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Para Souza (2006) o estado tem uma autonomia relativa que faz com que ele tenha o seu próprio espaço de atuação, embora permeável de influências externas e internas. Apesar das diversas tendências sobre a definição de políticas públicas, diante da complexidade de situações que interferem o mundo moderno, percebe-se uma forte proximidade em relação a perspectiva teórica existente.

Segundo Chrispino (2005), esclarece-se o conceito de Políticas Públicas como a ação do governo de atender a necessidade da coletividade e a concretização de direitos estabelecidos. Para ele, este conceito muda a visão ultrapassada, de que as políticas

¹ Segundo a LDBEN/96, a educação básica é o primeiro nível do ensino escolar no Brasil. Compreende três etapas: a educação infantil (para crianças com até cinco anos), o ensino fundamental (para alunos de seis a 14 anos) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos).

públicas podem ser atos discricionários dos políticos a cada governo. Com esta concepção, reforça-se a ideia de que a materialização dos direitos estabelecidos em lei torna-se o principal papel a ser cumprido na adoção de políticas públicas.

As Políticas Públicas envolvem as necessidades da sociedade civil e “determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais” (INEP, 2006, p. 165), dentre eles o direito à educação. Para que este direito seja garantido com qualidade e de forma universal são implementadas políticas públicas educacionais, aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino instituídos no país.

21 A POLÍTICA PÚBLICA NA PERSPECTIVA DO ENSINO SUPERIOR E DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

A política pública educacional para que aconteça precisa estar bem formulada e definida em seu conteúdo. Assim, o trabalho é imprescindível na efetividade do processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno.

Pode-se, então, definir políticas públicas como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar esta ação (variável independente) e, quando necessário propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitoreiras em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26).

No planejamento da política pública tem-se o estudo detalhado da situação, das propostas, de profissionais qualificados para o cumprimento das ações. Elaborar políticas públicas é um exercício muito complexo, que pode cair na condição de não materializar-se se não forem considerados as peculiaridades de cada região ou estado. O período histórico, o contexto social e econômico, a influência mundial são algumas das questões que devem ser avaliadas, compreendidas e consideradas ao se implementar uma política governamental.

Vieira (2011) explica mais claramente que políticas públicas educacionais é um conjunto de ideias, expectativas, e tendências que se relacionam aos conceitos e às ações da categoria pública, expressando a multiplicidade e a diversidade de específicas intervenções em específico momento histórico, podendo ainda se desdobrar em outras políticas.

De acordo com Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), as políticas públicas de incentivo à Educação possuem metas as quais podemos destacar:

- Expandir a oferta de educação superior para jovens de 18 a 24 anos, entre o período de 2011 a 2020 em pelo menos 33%;
- Expandir a educação superior para que 40% das matrículas estejam nas insti-

tuições públicas;

- Elevar o volume de recursos financeiros aplicados em educação para atingir o patamar de 10% do PIB;

Compreende-se que para construir uma Política Pública, estão envolvidos valores, objetivos e necessidades de uma nação. A Política Educacional de um país deve ser guiada pelo povo, respeitando o direito de cada indivíduo e assegurando o bem comum.

Para permitir o acesso, a expansão e a equidade no ensino superior o governo utiliza-se de estratégias como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Sistema de Seleção Unificado (SISU), com o objetivo de inserir nas Instituições de Nível Superior (IES) os alunos oriundos de escolas públicas.

O SISU trata-se de um sistema de gestão inteligente informatizado, sob a gerência do Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Os alunos que prestaram o ENEM e tiveram nota maior que zero na redação podem se inscrever para concorrerem a vagas disponíveis no Brasil. O candidato que tiver maior pontuação poderá utilizar o resultado da prova nas vagas escolhidas por ele previamente.

Apesar de todos os problemas já ocorridos nas provas do Enem, esse modelo de avaliação serve como indicador de qualidade para as escolas brasileiras. E cabe esclarecer que, até o presente momento, nem todas as universidades públicas e privadas aderiram totalmente ao Enem como critério único de seleção, mas grande parte já o utiliza ao menos como parte do processo seletivo.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos obtidos durante o seu curso. As instituições que condescendem a esse programa adquirem o direito de isenção no pagamento de alguns tributos ao governo federal. Após a criação e implantação do PROUNI ficou estabelecido que as instituições que receberem benefício de natureza fiscal passem a conceder bolsas de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção.

Para Souza (2016), as IES são um importante patrimônio social e tem como característica a universalidade na produção de conhecimento, as vivências de experiências culturais e científicas e o atendimento ao interesse público. A dimensão pública destas instituições é evidenciada pela sua capacidade de representação social, cultural, artística e científica, onde para ampliar essa representatividade se faz necessário garantir a produção de conhecimento inovador e crítico respeitando a diversidade e o pluralismo, inerentes a transformação da sociedade.

O Programa Universidade para Todos (UPT), objeto de estudo principal desta

pesquisa, é um curso pré-vestibular coordenado pela Secretaria de Educação da Bahia, executado em parceria com as universidades públicas estaduais baianas (UEBAs) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que tem oferecido por meio de editais vagas para os estudantes. Isso implica no fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação, o que destaca o investimento do governo viabilizando o acesso ao ensino superior no Brasil.

	2016	2017	2018
UNEB	13.000	11.800	10.500
UEFS	1000	1.000	1.000
UESC	2000	1.500	650
UESB	2000	2.100	1.850
TOTAL	18.000	16.400	14.000

Tabela 01 – Quantidade de vagas ofertadas pelo UPT (2016-2018).

Fonte: SEC Ba/Editais UPT.

De acordo com a tabela 01, em 2016 a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), disponibilizou 72,22% do total das vagas, em 2017 esse percentual foi para 71,95% e no ano de 2018 a UNEB conseguiu ampliar ainda mais o número de vagas a serem ofertadas para 75% e em 2019 já foi divulgado o edital onde 73,01% das vagas oferecidas serão pela UNEB, desta forma mais oportunidades de estudo estarão ao alcance de um número maior de jovens oriundos de escolas públicas na Bahia.

Diante o crescimento e apresentação de resultados, o Projeto Universidade para Todos, foi instituído como Programa de Estado pelo governo do Estado da Bahia, através do Decreto nº 20.004 de 21 de setembro de 2020.

No Brasil, principalmente quando se trata de universidades públicas, tem-se desenvolvido estudos e pesquisas em relação aos princípios que norteiam a gestão, sua estrutura organizacional, o corpo técnico, sua relação com o governo e sobre o planejamento estratégico. Toda essa problemática sobre a gestão universitária tem sido motivo para o desenvolvimento de estudos e reflexões de pesquisadores como Victor Meyer Jr. (1988), Almeri Paulo Finger (1988), entre outros, para a construção de universidades inclusivas, democráticas, que atendam aos anseios da sociedade com vistas às demandas do mercado de trabalho.

A avaliação institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Segundo a Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 a referida avaliação visa à melhoria da qualidade e ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior (BRASIL, 2004). A autoavaliação é um processo dinâmico por meio do qual a instituição busca e constrói

conhecimento sobre sua própria realidade, ao sistematizar informações, analisar coletivamente os significados, identificar pontos fracos e pontos fortes e propor estratégias de superação de problemas.

Por conseguinte, nas universidades públicas o planejamento estratégico deve representar o reflexo das decisões coletivas, de todos os segmentos da comunidade universitária, com base em estudos sobre diversos aspectos institucionais para o desenvolvimento das políticas públicas.

3 | O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS NA UNEB

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), reconhecida instituição pública de ensino superior, fundada em 1983, possui estrutura orgânica *multicampi* e multirregional com atuação em 24 municípios baianos: Salvador, Alagoinhas, Juazeiro, Jacobina, Santo Antônio de Jesus, Caetité, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Barreiras, Teixeira de Freitas, Serrinha, Guanambi, Itaberaba, Conceição do Coité, Valença, Irecê, Bom Jesus da Lapa, Eunápolis, Camaçari, Brumado, Ipiaú e Euclides da Cunha.

A UNEB possui 29 departamentos, 4 deles em Salvador, caracterizando-se com um perfil heterogêneo, onde a adoção de técnicas como o planejamento estratégico é extremamente importante para que sejam alcançados os objetivos e as metas estabelecidas, principalmente para o alcance do desenvolvimento acadêmico e social que abarque de forma integrada todas as partes que compõem a universidade (SOUZA, 2016).

A UNEB busca de forma contínua o aprimoramento de seus instrumentos de planejamento e avaliação, com vistas ao aperfeiçoamento do serviço público e ao cumprimento de sua missão que é de atuar dentro das prerrogativas de autonomia da instituição universitária, no processo de desenvolvimento do estado da Bahia, através da produção e socialização do conhecimento, voltado para a formação do cidadão, e solução dos grandes problemas regionais e locais, dentro dos princípios da ética, democracia, justiça social e da pluralidade etnocultural (UNEB, 2013).

As diretrizes definidas coletivamente estipulam valores, implantam, mensuram e avaliam a otimização e o aproveitamento positivo dos programas e projetos desenvolvidos na Instituição. Neste sentido, é que se percebe o quanto um projeto bem elaborado e executado de maneira eficiente é imprescindível e o quanto ele se reflete na imagem institucional, viabilizando o comprometimento, o engajamento e a responsabilidade social e educacional adotada e exercida pela UNEB.

Para Ristoff (2006) as universidades do setor público, desenvolvem a função estratégica de colocar o ensino, a pesquisa e a extensão a serviço do desenvolvimento social, econômico e cultural.

Diante desse contexto, percebe-se a importância de se implantar políticas de inclusão social orientadas por um processo reflexivo, sistemático e contínuo, que subsidie

decisões e que ofereça condições para a Universidade cumprir sua missão institucional. Neste sentido, a UNEB, por meio da SEC/Ba, busca o fortalecimento de sua política de acesso à Universidade através do UPT com alunos que fizeram o ensino médio na rede pública.

O Programa Universidade para Todos funciona sob a coordenação da Secretaria da Educação, vinculado financeiramente ao Fundo de Combate à Pobreza do Estado da Bahia. Ele tem como proposta preparar jovens e adultos egressos e cursistas do 3º ano da rede pública de ensino para o ingresso no ensino superior, através de curso pré-vestibular. Pode também ser considerado como uma possibilidade de equidade e permanência nas universidades e geração de renda além do aumento da autoestima a partir do momento que possibilita oportunidades a estudantes de graduação e pós-graduação das universidades parceiras, atuarem como monitores adquirindo experiência para se inserirem no mercado de trabalho quando estes são selecionados para atuarem como professor monitores.

O programa estrutura-se em grande equipe de coordenadores pedagógicos, supervisores de área, gestores, professores especialistas, monitores e em alguns Polos com secretários escolares. Indiretamente o UPT recebe o apoio dos trabalhadores lotados nas escolas estaduais parceiras, nas quais ocorrem as aulas do programa, quanto à segurança, a limpeza e a estrutura física. O curso no presencial possui carga horária de 20 horas semanais e duração média de 6 meses, com aulas das disciplinas elementares da educação básica: Língua Portuguesa, Redação, Matemática, Física, Química, Biologia, Literatura, História, Geografia e Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol). No planejamento das aulas estão incluídas as atividades interdisciplinares como palestras, simulados, aulões, programa de orientação vocacional para os alunos cursistas. Com a pandemia, nos anos de 2020 e 2021 adotou-se um ensino híbrido com aulas *online* via Google Meet, plataforma de estudos e aulões de revisão pelo YouTube aos finais de semana, estimulando os alunos, o que tem contribuído para os resultados de aprovação em processos seletivos para ingresso nas universidades e até mesmo em seleções de emprego.

O Programa UPT ainda oferece a isenção de 100% na taxa de inscrição nos vestibulares das universidades estaduais para estudantes com mais de 75% de frequência no curso pré- vestibular e fornece ainda, o uniforme, o material didático, constituído por módulos das disciplinas.

	2015	2016	2017	2018
Alunos cadastrados no UPT	14.500	13.000	11.800	10.500
Alunos inscritos em vestibulares	5.932	5.595	7.757	7.601

Tabela 02 – Cadastrados e inscritos no Programa UPT na UNEB.

Fonte: UPT/UNEB/2019.

A decisão governamental de implementar uma política de acesso em uma ação conjunta de parceria com as quatro universidades estaduais favoreceu o desempenho do programa, pela experiência acumulada nas atividades extensionistas de programas especiais nessas universidades e pela gestão participativa e colegiada adotada na execução do mesmo.

Neste sentido, têm-se como estratégia bastante pertinente a expansão deste Programa com a formação continuada desses jovens e adultos contando com o apoio das universidades, onde se identifica as áreas de desenvolvimento no contexto da Universidade, contribuindo para o seu fortalecimento institucional.

Assim, considerando-se os aspectos supramencionados, este estudo determinou analisar a relação entre o Programa Universidade para Todos e os seus resultados nos polos da capital, em Salvador, no âmbito da UNEB.

4 | METODOLOGIA

O presente artigo é decorrente de um estudo bibliográfico sobre o tema Políticas Públicas, no qual se investiga as ações do Estado e da sociedade civil organizada na configuração das políticas educacionais no Brasil.

No desenvolvimento desta pesquisa, para desenvolver os objetivos deste estudo, valemo-nos da pesquisa exploratória descritiva, utilizando, como procedimentos, a pesquisa bibliográfica e documental. Uma característica que se destaca nas pesquisas exploratórias é a interpretação dos fenômenos, pois esse tipo de pesquisa visa proporcionar um maior aprimoramento de ideias, familiaridade com o tema proposto, além de tornar o problema mais explícito (GIL, 2007).

Nesta pesquisa, o desenvolvimento e execução do Programa Universidade para Todos determina os resultados obtidos com o ingresso dos alunos no ensino superior. Segundo Gil (2007), as pesquisas descritivas visam o detalhamento das características de determinado fenômeno. Portanto, os estudos exploratórios são empregados, principalmente, para descrever as características de um fenômeno (RICHARDSON, 2012). Na pesquisa bibliográfica, para Lakatos e Marconi (2010), por ser capaz de fornecer dados atuais e relevantes que se relacionam ao tema, é o tipo de pesquisa que se utiliza de um apanhado geral dos principais e mais importantes trabalhos já realizados, a partir de busca e utilização dos principais autores da área em questão.

5 | RESULTADOS

O papel estratégico das universidades, em especial do setor público, busca colocar o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação a serviço do desenvolvimento social, econômico e cultural. Assim, vem aumentando a demanda da sociedade por um novo papel da universidade, não cabendo somente formar profissionais tecnicamente qualificados,

mas também assumir uma postura de responsabilidade com o seu entorno, ou seja, uma postura comprometida com a sociedade em geral (RISTOFF, 2006).

Destaca-se a visibilidade do Programa UPT onde aponta-se o prolongamento dos estudos e o ingresso dos alunos no ensino superior, o fortalecimento do ensino dentro da unidade escolar e a construção de novos saberes e novos olhares para o ensino superior com a valorização do processo de ensino aprendizagem. Como resultado do trabalho desempenhado por toda a equipe do Programa Universidade para Todos, apresenta-se o depoimento de um dos aprovados:

Graças ao programa Universidade para Todos, consegui concretizar meu sonho de ingressar na faculdade. O programa é uma ótima ação com objetivo de facilitar a entrada de estudantes de baixa renda à Educação Superior. Minha experiência estudando para o vestibular no programa foi maravilhosa, pois o cursinho conta com materiais didáticos gratuitos para os alunos, coordenadores super atenciosos e sempre preocupados com o aprendizado dos vestibulandos, professores selecionados e capacitados para lecionar, simulados que preparam o aluno para o dia do exame e recursos tecnológicos que facilitaram o plano de estudo. Enfim, tudo isso que o programa ofereceu foi essencial para resultados satisfatórios e seguidamente minha tão sonhada aprovação no vestibular. (SANTOS, 2019)

Destaca-se na contemporaneidade que a realidade social é analisada cada vez mais pelo desenvolvimento do capital intelectual refletindo na sociedade contemporânea, uma exigência cada vez maior de elevação do nível de escolaridade e de mais conhecimento para se ter condições de inclusão no mundo do trabalho e de melhoria social. Assim, o Programa UPT, se tornou uma política afirmativa, de cunho social, fundamentada no princípio da igualdade de oportunidades para um grupo de alunos oriundos de escolas, destinada na preparação dos estudantes para o vestibular, assegurada o direito social pela via da educação. O programa abre espaço para elevar a autoestima e para fortalecer nos estudantes o sentimento de cidadania, por meio da troca coletiva de experiência e de reflexão acerca do direito de igualdade social. Ressalta-se também a possibilidade que se é apresentada ao aluno universitário, através do conhecimento adquirido maiores possibilidades e preparo para se inserir no mercado de trabalho sendo ainda estudante o que é apresentado neste depoimento de um ex-aluno que na atualidade atua como monitor do programa, fato este que tem contribuído na formação de novos alunos que ingressam no UPT:

Fui aluno do Programa Universidade para Todos no ano de 2012, no Polo de San Martim, e sempre tive um sonho de ingressar na universidade pública no curso de História. Fui aprovado na UNEB em Licenciatura em História, e o Programa Universidade para Todos teve uma contribuição fundamental para isto. Em 2016, retornei ao programa não mais como aluno, mas sim como monitor. Hoje, venho trabalhando no Programa há 3 anos. Em minhas aulas, levo paródias sobre os conteúdos, trabalho com jogos e com outros elementos lúdicos para despertar nos alunos o interesse pela História. Desenvolvo o trabalho com muita dedicação, pois eu amo ser professor. É uma satisfação

imensa ajudar as pessoas que tem sonhos, incentivando os alunos a nunca desistirem de seus objetivos. Posso dizer que o UPT realizou meu sonho profissional. Estou muito realizado seguindo a profissão que sempre sonhei. (DEUS, 2018)

	2016	2017	2018
Alunos inscritos em vestibulares	5.595	7.757	7.601
Alunos aprovados em vestibulares	1.119	1.939	2.704

Tabela 03 - Quantidade de inscritos e aprovados em vestibulares pelo UPT na UNEB (2016-2018).

Fonte: UPT/UNEB.

Na tabela 04, observa-se os resultados da parceria da Secretaria de Educação com a UNEB, onde no ano de 2016 a UNEB obteve 20% de alunos aprovados, em 2017 o percentual foi para 25% e em 2018 foram 30% de alunos ingressando no ensino superior por meio do UPT pela UNEB.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado em torno da importância das políticas públicas educacionais a exemplo do Programa UPT, é possível afirmar que ele vem atuando de forma a garantir maiores possibilidades a alunos de baixa renda oriundos de escolas públicas de inclusão sócio-educacional, a partir da inserção do indivíduo nos cursos superiores das diversas universidades brasileiras. Dessa forma, percebe-se que a relevância social do programa impõe a continuidade do atendimento ao público aspirante à educação superior, além do fortalecimento das políticas governamentais de inclusão social, possibilitando que a educação funcione, efetivamente, como um ativo de mobilidade social reduzindo as desigualdades e proporcionando chances de uma inserção no mercado de trabalho. O Programa direciona-se a público específico e cumpre o objetivo de promover o acesso dos alunos à educação superior, sobretudo pública, com benefícios individuais e coletivos.

O UPT é prova dessa possibilidade, quando garante, entre outras vitórias, a confirmação de que as ações afirmativas devem ser interpretadas de forma mais ampla no tocante a garantia de uma participação global, pois essas ações não devem ser encaradas como benefícios a um determinado grupo em detrimento de outro, mas a uma política que se faz necessária quando percebemos um histórico de injustiças e direitos não asseverados. (ANGELIM; JAMBEIRO; E ROCHA, 2017).

Assim, possibilita-se a inclusão de estudantes de baixa renda no mercado competitivo do acesso as vagas disponibilizadas pelas universidades, o que fortalece a troca de conhecimentos e ao aprendizado, a medida que é possibilitado aos mesmos serem sujeitos de sua própria história que compartilham seus conhecimentos enquanto atuam nas

salas de aulas nas diversas disciplinas.

A UNEB como uma universidade democrática e inclusiva, através de suas ações tem acolhido públicos diversos, pois além de atender as turmas tradicionais nos municípios tem contemplado a classe menos favorecida, com a inserção de ações afirmativas em sua Gestão.

O pré-vestibular UPT contribuiu para a aprovação de 893 alunos no vestibular 2019 da UNEB. Entre os aprovados, por conta da ampliação do sistema de cotas, estão 43 quilombolas e 6 indígenas, outros 3.153 foram classificados e ficaram na expectativa de serem convocados. Assim, desde 2007, o UPT já colaborou para o ingresso de mais de 18 mil estudantes no ensino superior.

Considere-se, ainda, que os processos intrínsecos ao planejamento e a avaliação interna da Universidade possibilitam atender às demandas da sociedade por maior eficácia e eficiência na gestão universitária, especialmente no caso da gestão pública, através das análises dos dados coletados que possibilitarão nas decisões para o momento seguinte. No caso específico do programa estudado os resultados coletados anualmente tem contribuído para a continuidade do programa no Estado da Bahia, pois grande tem sido o número de alunos procedentes de escolas públicas participantes do pré-vestibular Universidade para Todos que tem conseguido conquistar a tão sonhada vaga em uma universidade, seja pública ou privada.

REFERÊNCIAS

ANGELIM; J.A.S.; RIBEIRO, A.S.; GOMES, M.M. **A relação Escola-Universidade ressignificada pela tríade ensino-pesquisa-extensão em comunidades afro-brasileiras.** In: Anais do VIII Seminário Nacional e X Seminário Regional sobre Formação de professores e relações étnico-raciais. 2017, Belém – PA: GERA, 2017.

BAHIA. Governo do Estado da. **Proposta Estude em Casa com o UPT.** Secretaria da Educação, 2020. Disponível em: < file:///C:/Users/anton/Downloads/propostaestudeemcasacomoupt.pdf>. Acesso em 15 mai. 2021.

_____. **Decreto Nº 20.004 de 21 de setembro de 2020.** Institui o Programa Universidade Para Todos – UPT. Disponível em: < http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-20004-de-21-de-setembro-de-2020>. Acesso em 20 mai. 2021.

BAHIA, Universidade Estadual da. **Relatório de Atividades 2017.** Disponível em: <https://portal.UNEB.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2018/03/RELATORIO-DE-ATIVIDADES-FINAL-2017.pdf>. Acesso em: 20 mar.2019.

_____. **Relatório Circunstanciado de Atividades 2013.** Salvador: UNEB/Proplan. Disponível em: <https://portal.UNEB.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2017/05/Rel3q2013.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019a.

_____. **Decreto nº 13.664 de 07 de fevereiro de 2012.** Dispõe sobre o Recredenciamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e dá outras providências. Disponível em: <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1030970/decreto-13664-12>. Acesso em: 20 mar. 2019b.

_____. **Decreto no 9.149, de 23 de julho de 2004.** Aprova o novo Regulamento do Programa FazUniversitário vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Salvador, BA, 24 de jul. 2004. Disponível em: http://www.sec.ba.gov.br/uptsys/arquivos/decreto_9149_de_23_de_julho_de_2004_faz_u_niversitario_e_upt.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019c.

BRASIL. **Constituição 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. 530 p. Atualizada até a EC n. 99/2017. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 22 mar. 2019a.

_____. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 22 mar. 2019b.

_____. **Lei Nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 22 mar. 2019c.

CHRISPINO, Álvaro. **Binóculo ou luneta:** Os conceitos de política pública e ideologia e seus impactos na educação. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 12, p. 1-168, jan/dez. 2005.

DEUS, Matheus. **Depoimento de ex-aluno sobre o programa UPT:** 26. Mar.2019. Depoimento concedido a Neila Fernandes.

FINGER, Almeri Paulo. Gestão Acadêmica In: FINGER, Almeri P.(Org.). **Universidade:** Organização e Planejamento. Florianópolis: UFSC/CPGA/NUPEAU, 1988, p.71-88.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar programas de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INEP/MEC. **Enciclopédia de pedagogia universitária:** glossário vol. 2 / Editora-chefe: Marília Costa Morosoni. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEYER, Jr. Victor. **Administração Universitária:** Considerações sobre a natureza e Desafios. Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Administração Universitária de Costa Rica. Florianópolis: Imprensa Universitária (UFSC), 1988.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RISTOFF, D. **A Universidade Brasileira Contemporânea: Tendências e Perspectivas**. In: MOROSINI, Marília (org.). **A Universidade no Brasil: conceitos e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Cap. 1, p. 37- 52.

SANTOS, Arnold. **Depoimento de ex-aluno sobre o programa UPT**: 28. Mar. 2019. Depoimento concedido a Neila Fernandes.

SOUZA, Ana Cleide S. **A Participação das Emendas Parlamentares no processo de Captação de Recursos Federais: um estudo de caso da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no período de 2010 a 2013**. 2016. Diagnóstico (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação (GESTEC), Salvador. 161f.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa**, Caderno CRH 39: 11- 24. 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, Ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples** (2011). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003. Acesso em 25 mar. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 1, 14, 24, 40, 43, 46, 48, 50, 55, 56, 60, 71, 114, 130, 131, 132, 133, 135, 139, 140, 141

Alunos 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 18, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 108, 118, 122, 126, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160

Amartya Sen 41, 98, 99, 100, 103, 110, 112, 113, 114

Ambiente escolar 28, 51, 53, 57, 81, 82, 108, 142, 144, 145, 149, 150

Aprendizagem 7, 8, 9, 10, 11, 14, 18, 29, 32, 37, 44, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 93, 115, 118, 121, 122, 126, 143, 145, 147, 149, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Atores do ambiente escolar 142

B

Bourdieu 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12

Bullying 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38

C

Conhecimento científico 3, 4, 5, 115

Covid-19 63, 64, 71, 72

D

Deficiência física 32, 50, 51, 53, 57

Deficientes visuais 130, 132, 139, 141

Dificuldades 8, 10, 15, 27, 30, 31, 32, 42, 44, 47, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 60, 66, 68, 69, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 105, 107, 116, 127, 145, 148, 156, 160

Docentes 11, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 69, 74, 82, 117, 118, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 142, 146, 147, 148, 149

E

Educação especial 15, 21, 26, 37, 38, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 107, 108, 128, 142, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 166

Educação infantil 13, 16, 18, 19, 20, 86, 116, 147, 150, 166

Ensino 5, 6, 9, 15, 16, 17, 19, 31, 36, 37, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 105, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 126, 128, 131, 134, 143, 147, 148, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162

Ensino fundamental 64, 86, 116, 152, 156, 157, 160

Ensino remoto 63, 65, 71, 72, 73

Ensino superior 64, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 114, 161

Escola 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 17, 18, 20, 22, 28, 29, 30, 31, 35, 37, 38, 42, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 82, 83, 84, 86, 95, 108, 115, 118, 119, 120, 121, 126, 127, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 160, 166

Evasão 29, 159, 161

Evasão escolar 29

F

Formação docente 13, 16, 18, 19, 115, 116, 125, 126, 127, 128, 129, 143, 150

Fragilidades da escola 1

I

Inclusão 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 85, 88, 90, 93, 94, 98, 99, 100, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 126, 128, 131, 140, 142, 143, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 160, 164

Inclusão escolar 1, 2, 7, 11, 12, 22, 53, 55, 60, 64, 66, 69, 70, 128, 150, 151

Inclusão nos anos iniciais do fundamental 152

Instrumentos psicopedagógicos 74, 77

J

John Rawls 98, 99, 100, 103, 113

N

Nanismo 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60

Nanismo na escola 51, 53, 55, 56

O

Órteses para crianças 13, 16

P

Permanência na escola 50, 52, 86

Pesquisa colaborativa 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

Pesquisa com intervenção do Mestrado Profissional da UNIARP 13

Pessoa com deficiência no Brasil 98, 99, 100, 106

Pessoa surda 39, 41

Placas táteis 130, 131, 132, 139

Potencializando talentos 159

Problemas de aprendizagem 74

Professores 1, 8, 9, 11, 18, 20, 22, 30, 33, 53, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 77, 79, 82, 91, 93, 95, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 154, 160

Programa universidade para todos 85, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96

Psicopedagogo 74, 76, 77, 82, 83, 84

Q

Qualidade de vida 17, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 60, 104, 160, 163

R

Relações interpessoais 27, 28, 75, 142, 144, 150

S

Sala de aula 31, 40, 45, 58, 59, 67, 68, 82, 121, 122, 127, 128, 144, 147, 148, 154, 156, 164, 165

Sociedade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 14, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 43, 51, 54, 55, 56, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 109, 110, 111, 112, 118, 121, 123, 124, 126, 131, 153, 154, 157, 159, 160, 162

Surdez 157

T

Tecnologia assistiva 39

Teorias da Justiça 98, 99, 112, 113

Transformação social 5, 85





TV tradutora 154

U

UNIARP 13, 14, 16, 20

Universidade do Estado da Bahia 85, 89, 90, 96, 97, 142, 144

Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a *inclusão*

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Elementos norteadores e ações político-pedagógicas para a *inclusão*

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br